

Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes, Odemira

Aviso n.º 914/2019

Lista do Pessoal docente provido no Quadro de Agrupamento Ano letivo 2018/2019

Por despacho da Diretora do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes, Odemira, nos termos do disposto da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por aplicação do Decreto-Lei n.º 132/2012 de 27 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 28/2017 de 15 de março, torna-se pública a lista do pessoal docente provido no Quadro de Agrupamento no ano letivo de 2018/2019, com efeitos a 1 de setembro de 2018:

Nome	Grupo	QZP/QA anterior	QA atual	Índice
Patrícia Vaz Pinto Ingham Barros da Silveira	100	09	130333	205
Maria Cristina Mendes Claudino	100	09	130333	205
Cláudia Alexandra de Castro Camposana	110	02	130333	188
Rita Sofia Pereira Rosa	110	135069	130333	167
Sérgio Pedro Flores	110	135070	130333	167

28 de dezembro de 2018. — A Diretora, *Maria João Romão Cabanas e Silva*.

311946961

Aviso n.º 915/2019

Lista do Pessoal docente provido no Quadro de Zona Pedagógica Ano letivo 2018/2019

Por despacho da Diretora do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes, Odemira, nos termos do disposto da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por aplicação do Decreto-Lei n.º 132/2012 de 27 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 28/2017 de 15 de março, torna-se pública a lista do pessoal docente provido no Quadro de Zona Pedagógica no ano letivo de 2018/2019, com efeitos a 1 de setembro de 2018:

Nome	Grupo	QZP	Índice
Susana Albino Amador	120	09	167

28 de dezembro de 2018. — A Diretora, *Maria João Romão Cabanas e Silva*.

311946937

dos contratos-programa a celebrar com as entidades integradas ou a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), no âmbito do funcionamento ou da implementação desta rede, previstos no anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.»

Onde se lê:

«ANEXO

Lista de Contratos-Programa a celebrar no âmbito da RNCCI em 2018 ULDM/UMDR/UC»

deve ler-se:

«ANEXO

Lista de Contratos-Programa a celebrar no âmbito da RNCCI em ULDM/UMDR/UC»

04/01/2019. — A Secretária-Geral, *Maria João Lourenço*.

311957856

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Secretaria-Geral

Declaração de Retificação n.º 58/2019

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, 1.º Suplemento, de 28 de dezembro de 2018, o Despacho n.º 12541-B/2018, procede-se à seguinte retificação:

Assim:

Onde se lê:

«1 — Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março, o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), e as Administrações Regionais de Saúde, I. P. (ARS, I. P.), ficam autorizados a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar durante o ano de 2018, com as entidades integradas ou a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), no âmbito do funcionamento ou da implementação desta rede, previstos no anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.»

deve ler-se:

«1 — Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março, o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), e as Administrações Regionais de Saúde, I. P. (ARS, I. P.), ficam autorizados a assumir os compromissos plurianuais no âmbito

Autoridade para as Condições do Trabalho

Despacho (extrato) n.º 636/2019

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e na sequência de procedimento concursal comum, para preenchimento de um posto de trabalho previsto no mapa de pessoal da ACT, aberto pelo Aviso n.º 2543/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 13 de março, torna-se público que foi celebrado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a trabalhadora Maria Adelina Gaspar Carapinha, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória da carreira e categoria de técnico superior e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com o período experimental de função de 180 dias, com efeitos a 12 de outubro de 2017.

Foi concluído com sucesso o período experimental, homologado por meu despacho de 21 de novembro de 2018.

4 de janeiro de 2019. — A Inspectora-Geral, *Maria Luísa Torres de Eckenroth Guimarães*.

311957426

SAÚDE

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Aviso (extrato) n.º 916/2019

Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, torna-se público que por despacho do Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP (INSA, IP), de 23 de novembro de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de

20 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de doutorado/a, na modalidade contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para o exercício de atividades de investigação científica no âmbito do projeto n.º PTDC/BIA-BMA/31451/2017 — “Explorando o resistoma aquático”.

O aviso integral deste procedimento está disponível na Bolsa de Emprego, em www.bep.gov.pt, na página eletrónica do INSA, IP, em www.insa.min-saude.pt, em e da FCT, IP, em www.eracareeres.pt, nas línguas portuguesa e inglesa.

2 de janeiro de 2019. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, *Paula Caires da Luz*.

311952282

AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Gabinete do Ministro

Declaração de Retificação n.º 59/2019

Ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 15/2016, de 16 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 21 de dezembro de 2016, declara-se que o Despacho n.º 11198/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 28 de novembro de 2018, saiu com as seguintes inexactidões que, mediante declaração da entidade emitente, assim se retificam:

1 — Na subalínea v) da alínea c) do n.º 3, onde se lê:

«Homologar a aprovação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) a nível municipal, nos termos do n.º 15 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da REN, homologar as alterações da delimitação da REN, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º, bem como aprovar a delimitação e a alteração da delimitação da REN a nível municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 41.º e homologar o estabelecimento de condicionamentos e de medidas de minimização, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º, todos do referido Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual;»

deve ler-se:

«Homologar a aprovação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) a nível municipal, nos termos do n.º 15 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da REN, homologar as alterações da delimitação da REN, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º, reconhecer o relevante interesse público da realização de ações, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, nos casos em que o membro do Governo responsável pela matéria pertencer a outra área governativa, bem como aprovar a delimitação e a alteração da delimitação da REN a nível municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 41.º, e homologar o estabelecimento de condicionamentos e de medidas de minimização, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º, todos do referido Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual;»

4 de janeiro de 2019. — O Ministro do Ambiente e da Transição Energética, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

311958414

Despacho n.º 637/2019

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, autorizo a Doutora Isabel Sofia de Sousa Santos de Albuquerque a acumular, com as funções de técnica especialista do meu gabinete, para as quais foi designada pelo Despacho n.º 11839/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 10 de dezembro, as funções de membro do Comité de Investimento do Fundo para a Inovação Social.

2 — O presente despacho produz efeitos reportados à data de produção de efeitos da designação para o Comité referido no número anterior.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

4 de janeiro de 2019. — O Ministro do Ambiente e da Transição Energética, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

311958471

AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Instituto da Conservação da Natureza
e das Florestas, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 62/2019

Considerando a orgânica e os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P. (ICNF, I. P.) aprovados, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 78/2015, de 13 de maio e 42-A/2016, de 12 de agosto e pela Portaria n.º 353/2012, de 31 de outubro, alterada pela Portaria n.º 276/2015, de 10 de setembro, bem como o desenvolvimento da organização interna, estabelecido pela Deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2013, alterada pela Deliberação n.º 1823/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 9 de outubro de 2013, pela Deliberação (extrato) n.º 1069/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de junho de 2015, pelas Deliberações n.ºs 294/2016 e 296/2016 (extrato), publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 2 de março de 2016, e pela Deliberação n.º 1071/2016 (extrato), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1257, de 1 de julho, que cria as unidades orgânicas flexíveis dos serviços centrais.

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, prevê o exercício de cargos dirigentes em regime de substituição, nomeadamente no caso de vacatura do lugar.

É necessário designar o dirigente do Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ), por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na redação atual, foi deliberado em reunião de 14 de junho de 2018 do Conselho Diretivo, designar em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, para o exercício do cargo de chefe de divisão do GAJ, com efeitos a partir de 22 de junho de 2018, a mestre Gisela Maria Coelho de Sá, técnica superior do mapa de pessoal do ICNF, I. P., a qual reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direção, de coordenação e controlo, conforme resulta da nota biográfica publicada em anexo.

28 de dezembro de 2018. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

Nota biográfica

Gisela Maria Coelho de Sá
Data de nascimento: 01/11/1966, Lisboa
Formação Académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade (Clássica) de Lisboa em 1997

Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre em 2015

Pós-graduação em Gestão Autárquica Avançada pelo ISEC-Instituto Superior de Educação e Ciências (Centro de Estudos Superiores Autárquicos) em 2008

Experiência Profissional

15-04-2017/21-06-2018

Técnica Superior, Jurista do ICNF — Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP
Advogada do ICNF, IP

01-01-2008/14-04-2017

Técnica Superior, Jurista da Câmara Municipal de Nisa
Oficial Público da Câmara Municipal de Nisa
Responsável pela coordenação do GJCA — Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria da Câmara Municipal de Nisa, bem como pelo Arquivo do Notariado Privativo

Responsável pela coordenação da Secção de Administração e Arquivo (SAA), da Secção de Pessoal (SP) e do Gabinete de Recursos Humanos e Apoio ao Trabalhador (GRHAP) da Câmara Municipal de Nisa

01-05-2001/31-12-2007 — Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal TERNISA, EM
25-02-1997/30-04-2001 — Advogada

311958625